

MULHERES VIOLENTADAS: REVIVÊNCIAS DO TANÁTICO MATERNO¹

Nicole Pedroti Venturin Padilha

INTRODUÇÃO

No livro *Édipo: enigma da atualidade*, publicado pelo Centro de Estudos Psicanalíticos de Porto Alegre em 2018, no capítulo de minha autoria intitulado *Seja como for, me ame, por favor: a (não) resolução edípica em Lacan*, tratei de algumas questões que perpassam o imaginário de mulheres submetidas a agressões físicas e/ou psíquicas por parte de seus parceiros. Naquele momento, uma das conclusões se deu no sentido de pensar que o discurso de algumas mulheres, ao se colocarem numa posição de submissão e passividade perante os homens, poderia estar relacionado a falhas na resolução edípica. Tais mulheres permaneceriam aprisionadas a uma posição de despossessão fálica – onde ter ou não ter o falo ainda estaria relacionado ao status de ter ou não ter o pênis –, impedidas de adentrar na ordem do simbólico. Mulheres impossibilitadas de construir uma narrativa própria, a partir de deslizamentos fálicos, uma vez que essa possibilidade ficaria restrita a ser objeto de um Outro absoluto, fálico.

No presente trabalho, entretanto, meu objetivo é adentrar na questão a partir de outra ótica, em que a origem de tais processos se daria em um momento ainda mais arcaico da constituição psíquica, anterior ao Édipo, nas relações mais primitivas entre mãe e bebê, na forma como se dá o desejo materno em relação ao *infans*. Nesse sentido, utilizarei como referencial teórico a obra de Piera Aulagnier e a forma como esta nos revela que o desejo da mãe não se restringe à possibilidade de dar vida, de libidinizar o seu bebê, mas que pode ser perpassado também por um desejo de dar morte, por um investimento da ordem do mortífero, do tanático.

TÂNATOS E O DESEJO MATERNO

Aulagnier (1990b) refere duas propriedades inerentes ao espaço corporal, o corpo como fonte de prazer e o corpo como fonte de sofrimento, o que faz com que essas duas primeiras

¹ Texto originalmente publicado no livro *Pulsão de morte: a inegável existência do mal/* Centro de Estudos Psicanalíticos de Porto Alegre. Porto Alegre: CEPdePA, 2021.

experiências do Eu tenham seu próprio corpo como lugar e causa. O corpo-prazer se dá no encontro entre o corpo do bebê e o de sua mãe, na forma como esse corpo é “falado” pelo discurso materno e do prazer autônomo que a criança descobre ser capaz de fazer seu corpo experimentar. O corpo-prazer estabelece-se, assim, como o primeiro objeto do Eu, seu bem mais precioso. Entretanto, esse mesmo Eu irá submeter-se, inevitavelmente, a experiências onde seu corpo será fonte de sofrimento:

O corpo, esse objeto do qual nos acreditávamos senhor, pode, sem que o Eu queira ou possa prever, tornar-se lugar e causa de sofrimento. Por essa propriedade, o objeto-corpo revela-se definitivamente não idêntico ao Eu, fato ainda mais determinante, impondo ao Eu um sofrimento que este último não pode nem anular, nem evitar, e impõe-se como prova irrefutável de autonomia da realidade e dos objetos que ocupam sua cena, e da sua não submissão ao desejo do Eu (AULAGNIER, 1990b, p. 77).

Sufrimento esse que pode ser causando tanto por uma doença quanto por uma não satisfação de suas necessidades fisiológicas e/ou psíquicas. Além disso, o Eu passa a compreender o corpo como um objeto que, apesar do sofrimento que lhe impõe, não pode ser desinvestido, uma vez que depende dele para preservar-se vivo. Essa primeira relação do Eu com seu objeto-corpo, uma relação de amor e ódio, será determinante na relação que o Eu estabelecerá com a realidade. Assim se configura, na relação do Eu com seu próprio corpo, o conflito Eros-Tânatos, no qual o Eu, ao mesmo tempo que se estabelece como um aliado de Eros, almejando um desejo de prazer, um desejo de vida, onde a morte é algo que deve odiar e evitar, também busca esta última como uma meta, fazendo com que o desejo de morte seja tão próprio ao Eu quanto o seu oposto. Nesse sentido, é possível se firmar um compromisso entre Eros e Tânatos, no qual Eros mergulha na ilusão de que o silenciamento das exigências do corpo culminaria num estado de prazer, enquanto Tânatos encontra no objeto-corpo um estado de necessidade que nunca se consegue satisfazer (AULAGNIER, 1990b).

No caso de algumas mulheres que sofrem agressões físicas, o que foi percebido, na prática clínica, é que seus corpos parecem ter sido investidos, desde os primórdios de sua constituição, muito mais pela via do tanático, do mortífero, da dor e do sofrimento, do que pela via do prazer. Uma das primeiras hipóteses lançadas é de que as mães dessas mulheres também tenham sido vítimas de violência e que, pelo que fora apontado por Freud em 1915, acabam por praticar ativamente o que outrora sofreram passivamente. Muitas das analisandas escutadas proferiram frases como “Eu apanhava frequentemente da minha mãe e nem sabia por quê”.

Afinal, como relatado anteriormente, o corpo advém não só da relação entre Eu e corpo, mas também da relação entre o Eu que habita o corpo e o Eu de um outro investido por ele:

Da simples carícia ao ato sexual, do castigo anódino à tortura, num ponto, a relação entre o agente do ato e aquela ao qual esse ato é oferecido ou imposto, permanece a mesma: dar prazer ou fazer gozar, fazer sofrer ou destruir [...] não um corpo, mas sim o Eu ao qual ele pertence. Num caso como noutro, é pela via de um corpo que um desejo (de prazer ou de morte), e concernente aos dois Eus, irá se satisfazer (AULAGNIER, 1990b, p. 70).

Desse modo, o que é vivenciado pelo corpo do *infans* como dor e sofrimento, passa a ser compreendido não somente como uma violência ao corpo, mas também ao próprio Eu. Todavia, quando esse ataque provém de um outro Eu que também é percebido como fonte de Eros, uma vez que é responsável pela sobrevivência do corpo do bebê, cria-se, assim, uma representação dúbia desse outro Eu: quem ama faz sofrer, quem odeia dá prazer. Vemos, assim, que os dizeres de algumas analisandas, como “Ele diz que me bateu porque me ama”, parecem evocar revivências primevas, em que o outro que ama, que cuida, é o mesmo que agride, que provoca sofrimento ao corpo, de tal forma que amar e fazer sofrer são sinônimos, quem machuca ama.

O trabalho do Eu, segundo Aulagnier (1979), é o de criar uma representação do mundo, da realidade que o cerca, condizente com sua própria estrutura. A atividade do Eu trata-se, portanto, de uma atividade de interpretação, que impõe a si mesmo e aos elementos do mundo o esquema relacional da lógica dos discursos que o constituem.

Aulagnier (1979) pontua que a mãe oferece ao bebê um material psíquico remodelado por sua própria psique, via processo de repressão. A autora chama esse material de *alimento* fazendo uma alusão aos processos orgânicos que ocorrem via amamentação. Para Aulagnier, assim como a mãe oferece o leite como alimento, que é metabolizado no aparelho digestivo do bebê, ela também oferece um alimento psíquico, permeado pelas vivências maternas, que será metabolizado e transformado pela psique do *infans*, para que este possa se apropriar de tal material. Vale lembrar, entretanto, que para que o bebê possa metabolizar e criar representações da realidade e dos objetos que fazem parte dela, é necessário que estes tenham sido, de algum modo, marcados pela psique materna, que os libidiniza, os faz assumir um caráter para além da necessidade orgânica. Nesse sentido, podemos pensar que nos casos em que o investimento da mãe no corpo do bebê foi muito mais perpassado pelo tanático e pela violência, amor e dor são metabolizados de forma conjunta, como resultantes da fala e do ato materno. Nesse sentido, muitas mulheres têm dificuldades de se separarem de seus parceiros violentos, uma vez que relatam “ser cuidadas”, “protegidas” por eles. O mesmo outro que agride, é aquele que garante a sua sobrevivência.

Assim, é no encontro do Eu com o mundo – Eu entendido como espaço corporal e mundo como o extrapsíquico que se inaugura a primeira representação que a psique forja a respeito de si mesma, como efeitos do encontro com o corpo e as produções da psique materna.

Para que o psiquismo infantil entre em ação, é preciso que ao seu trabalho se acrescente o da função de prótese do psiquismo materno, comparável à prótese que representa o seio enquanto extensão do próprio corpo, objeto cuja junção com a boca, é, não só uma necessidade vital, como também objeto de um prazer erógeno indispensável para o funcionamento psíquico (AULAGNIER, 1979, p. 39).

E tal representação parece perpetuar-se nas vivências amorosas atuais, reforçada pelo discurso de um parceiro que subjuga a mulher a um lugar de prótese de si mesmo, alguém que não pode ter uma vida e um desejo à parte, uma vez que depende dele para sobreviver.

O encontro boca-seio proporcionará algumas descobertas para o psiquismo do *infans*: o prazer, a experiência de satisfação e como se dá o desejo materno em relação a esse bebê, tendo em vista a qualidade e o discurso que permeiam esse desejo. Assim, as primeiras representações do psiquismo do bebê serão perpassadas por afeto, sentido e cultura, visto que, junto com a oferta de alimento, o *infans* absorve também o alimento psíquico proveniente do desejo materno.

Nesse sentido, a psique do bebê é confrontada com as produções da atividade psíquica da mãe, que fala da criança e à criança. Aulagnier (1979) postula o termo porta-voz à função atribuída ao discurso materno, que tem um caráter estruturante, uma vez que delega, enuncia à criança suas leis e exigências. É a voz da mãe que cumpre a função de estabelecer um intercâmbio entre os dois meios no qual o *infans* encontra-se inserido: seu próprio psiquismo e o meio familiar do qual faz parte, permeados pelo discurso e pelo desejo do casal parental. Aulagnier denomina, assim, de sombra falada um discurso que precede o nascimento do bebê, que é projetada pela mãe, enquanto porta-voz, sobre o corpo do bebê, quando este vem a nascer. A mãe forja, assim, uma representação ideativa do bebê, sobre o “ser do *infans*”.

Nesse sentido, a mãe que agride parece enunciar ao *infans* as leis que permearão suas relações com a realidade, enquanto futuro sujeito-mulher: aquele que te amar também será aquele que te submeterá ao sofrimento, à dor. Se alguém está te batendo, está investindo em você. E parece ser justamente esse o tipo de relação que algumas mulheres estabelecem com seus objetos amorosos ao longo da vida e em cujas relações o discurso materno é ratificado com alguns dizeres proferidos pelos parceiros: “eu te amo”, “olha tudo que eu já fiz por você”, “olha o que você me fez fazer”. Como se a intensidade do amor que sentem fosse a força motriz da violência. Se agride, é porque ama demais.

Desse modo, há para o sujeito um *antes* de sua existência, um mundo interno e externo que o precedem, e que pode se revelar alternadamente um aliado ou um adversário. O Eu percebe ser resultado de um desejo e de um discurso de vozes que o precederam. Assim, mesmo antes de seu nascimento, o bebê já ocupa um lugar no imaginário e no desejo materno, uma sombra projetada que permeará todo o seu processo de constituição subjetiva (AULAGNIER, 1989).

Entretanto, Aulagnier (1979) ressalta que, para que haja uma atividade de representação, é necessária uma vivência de prazer, um prazer mínimo indispensável. E que, diante da dualidade pulsional que nos constitui, o Eu se vê diante de um paradoxo: ao mesmo tempo que busca o prazer, muitas vezes este resulta de uma experiência de desprazer. Assim, percebemos que muitas dessas mulheres permanecem aprisionadas a situações de desprazer e sofrimento porque, provavelmente, em um tempo bastante remoto de constituição do Eu, a violência esteve “entrelaçada” a uma vivência de prazer. Afinal, muitas vezes percebemos que, após o término de um relacionamento abusivo, grande parte dessas mulheres acaba iniciando um novo relacionamento com um sujeito de mesmo perfil, num movimento de compulsão à repetição, em busca do tanático, do mortífero:

Dualidade inicialmente presente na energia operante no espaço psíquico, e que é responsável pelo que definimos como desejo do não desejo: desejo de não ter que desejar – tal é a outra meta própria a todo desejo. Daí resulta que desde o originário, a atividade psíquica forjará duas representações antinômicas [...]. Esta dualidade inerente às metas do próprio desejo pode ser ilustrada pelos dois conceitos de amor e ódio. O primeiro (amor ou Eros) definirá o movimento que leva o psiquismo a se unir ao objeto; o segundo, o movimento que o leva a rejeitá-lo ou destruí-lo. Diremos, então, que prazer e desprazer se referem, nesse contexto, aos dois representantes do afeto que podem ter lugar no espaço psíquico: o primeiro designa o afeto presente cada vez que a representação formaliza uma relação de prazer entre os elementos do representado [...]. O desprazer designará o estado presente cada vez que a representação formaliza uma relação de rejeição entre estes mesmos elementos [...] (AULAGNIER, 1979, p. 32).

Vemos assim, em sua procura por análise, que tais mulheres, ao mesmo tempo que estão buscando alternativas para evitar, fugir do sofrimento a que são submetidas em suas relações, parecem não conseguir abrir mão destas últimas. O desejo parece ser permeado por um não desejo, restrito à possibilidade de ser desejado, mesmo que essa última opção seja permeada por um desejo mortífero, de destruição (AULAGNIER, 1979).

Nos casos aqui descritos, Tânatos parece exercer uma força maior, como reprodução dos movimentos de investimento-desinvestimento a que o bebê fora submetido nos primórdios de sua constituição. Em alguns casos atendidos, Tânatos se sobrepunha com tamanha

intensidade que, mesmo diante de um risco real de morte, dada a gravidade das agressões, algumas mulheres permaneciam aprisionadas a tais relacionamentos, impedidas de ir em busca de Eros, da vida.

Entretanto, em alguns dos casos escutados, a figura materna não foi, necessariamente, vítima de agressões e, portanto, sua atitude não poderia ser explicada por uma mera repetição do que um dia sofrera passivamente. Recorre-se, então, novamente a Aulagnier (1979), que afirma que no desejo materno pode haver, além de um desejo de dar vida, um desejo de dar morte, uma vez que, em alguns casos, a gestação pode significar uma ameaça à vida da mãe. Ademais, esse desejo de dar morte pode seguir existindo após o nascimento do bebê. A espera de um filho pode:

[...] mobilizar um desejo de assassinato que é a forma que toma um veredicto de autodestruição, de autoaniquilamento, cujo alvo não é mais a pessoa inteira, mas essa parte 'do ser vivo' que se carrega dentro de si. [...] esse pacto assinado com Tântatos permite a Eros defender a vida do corpo a um mínimo, e que no mínimo, de prazer necessário para que essa vida se preserve (AULAGNIER, 1989, p. 77-78).

Nesses casos, as noções de rejeição e ódio ganham um novo sentido. A rejeição apareceria como resultado de uma luta ferrenha contra o desejo fusional que se torna intenso demais, dado o risco de morte que acarreta consigo. O ódio ao filho provém de uma pulsão de morte que, num pacto com Eros, exige que não só o que odeia se preserve vivo, mas também o odiado. Este ódio geralmente vem como expressão de pulsões sádicas, que dão pistas da posição que este bebê ocupa na libido materna. Ou seja, muitas vezes as relações mãe-bebê das analisandas possivelmente foram permeadas por esse desejo de dar morte e por um movimento de investimento-desinvestimento perpassado por algo da ordem do sádico e/ou de um estado fusional, cuja possibilidade de separação faz emergir uma sensação de aniquilamento. Situação que se reproduz em relações amorosas atuais, nas quais o parceiro que odeia, que agride, é o mesmo que diz “não posso viver sem você e você não pode viver sem mim”.

Isso nos leva a outros conceitos de Aulagnier: violência primária e violência secundária. A primeira, necessária ao processo de constituição, marca a dialética existente entre o espaço psíquico da mãe, já atravessado pela repressão e no qual a instância do Eu já se estabeleceu, e o espaço psíquico do bebê, ainda incipiente. Chamaremos de “[...] violência primária à ação psíquica pela qual se impõe à psique de um outro uma escolha, um pensamento ou ação, motivado pelo desejo daquele que o impõe [...]” (AULAGNIER, 1979, p. 38). Conjunto de enunciados ainda heterogêneos ao Eu, ação necessária, proveniente do Eu de um outro, preço pago pela psique para ter acesso a uma constituição futura de seu próprio Eu. Diferentemente

da violência secundária, caracterizada pelo excesso, que é sempre nocivo e desnecessário ao Eu. Essa violência secundária tem como objetivo impedir qualquer movimento contrário aos modelos que foram impostos pelo discurso do porta-voz, impondo limites quanto à autonomia do Eu, aprisionando-o à dependência de um outro (AULAGNIER, 1979).

Temos assim, tanto na relação inicial como nas relações futuras, mulheres submetidas ao desejo de outro Eu, que demanda em excesso. Nesse sentido, submetem-se a um lugar de objeto do desejo de um outro, aos seus mandos e desmandos, pois toda vez que tentam sair desse lugar são humilhadas e desvalorizadas, invalidadas enquanto sujeitos desejantes. Trata-se de “[...] não conseguir se tornar pensável para si mesmo, não conseguindo, portanto, tornar pensável e passível de investimento seu próprio futuro.” (AULAGNIER, 1985, p. 20). Mulheres submetidas a uma sombra que lhes afirma serem incapazes de serem amadas, investidas por si mesmas ou por um outro, o que faz com que devam “ser gratas” ao fato de aquela mãe – nos tempos primórdios – ou aquele parceiro – em tempos atuais – estarem ao seu lado, investirem “amorosamente” (mesmo que a um mínimo necessário) nelas. Cabe a elas somente acatar o que é enunciado sobre si mesmas, acatar o que devem pensar e desejar, pois este é o único lugar que lhes cabe.

Permanecem, desse modo, prisioneiras de uma identificação primordial, quando o bebê se coloca numa posição de ser o objeto de desejo da mãe, uma vez que corresponder a esse desejo aparenta ser a única forma de sobreviver corporal e psiquicamente. Sendo que muitas vezes o que a mãe deseja é o que Aulagnier (1979) pontua como *não modificação do atual*:

[...] que vai dotar a mãe do poder de despojar a criança de todo direito autônomo de ser [...] é a recusa da mãe em aceitar que seus enunciados possam ser questionados e questionáveis, a impossibilidade de ver na mudança outra coisa que não a destruição do presente e de todo futuro [...] (AULAGNIER, 1979, p. 125-126).

Desse modo, tais analisandas se mantêm incapazes de acessar seu próprio desejo. A violência secundária impede a evolução do Eu para tornar-se sujeito desejante – sujeito do próprio desejo – e faz com que o Eu permaneça fixado na posição de objeto do desejo do outro, violência que impede a alteridade. Toda vez que a análise se aproxima de uma possibilidade de libertação, de construção de uma nova narrativa, de outras formas de relação, pautadas pelo prazer e pela sobressalência de Eros, parecem recuar, como se dessa forma estivessem transgredindo o desejo materno. Tal como um pássaro, que, após anos aprisionado a uma gaiola, não consegue voar, mesmo que a porta da gaiola esteja aberta. “[...] o estado de alienação

representa o extremo limite que pode alcançar o Eu na realização deste desejo, sendo o caráter de limite determinado pelo fato de que mais um passo nessa direção implicaria a morte [...]” (AULAGNIER, 1985, p. 34). Assim a liberdade, o acesso ao próprio desejo, carrega consigo a morte do próprio Eu. Por isso, mantêm-se submetidas à violência de um outro, pois isso assegura sua própria existência. Muitas mulheres relatam, tanto no discurso materno como no de seus parceiros atuais, a ideia de que “não sobreviverão sozinhas”, “de que não serão amadas por mais ninguém”.

Aulagnier (1979) refere que parte do processo constitutivo se dá à medida que a mãe projete sobre o bebê uma sombra de enunciados referentes ao desejo materno por aquela criança, que coloquem o bebê, num primeiro momento, como ser o desejado por seu desejo (desejo da mãe). Posteriormente, com a entrada do pai, cria-se uma interdição no sentido de que esse desejo materno não se sobreponha ao discurso cultural, ao Outro. A autora traz, referindo Freud e Lacan, o pai como o detentor da lei, das chaves ao simbólico, que dá um nome, e que permite que se organize o espaço extrapsíquico onde se dará o funcionamento do Eu. Entretanto, o lugar e o reconhecimento que o discurso materno dá à função paterna determinará de que forma esse pai será tomado ou não como “[...] o primeiro representante dos outros e como o primeiro representante de uma lei que faz do desprazer uma experiência à qual não se pode escapar.” (AULAGNIER, 1979, p. 142).

Existem, assim, dois momentos no encontro da criança com aquele que exerce a função paterna: o encontro com a voz paterna e o encontro com o desejo do pai, que compreende tanto o desejo da criança pelo pai como o desejo do pai pela criança. Assim, o pai se apresenta como aquele que é desejado pela mãe e que deseja a mãe, e que, portanto, tem o direito de decretar o que o bebê pode ou não oferecer à mãe, o que lhe é interdito. “Por esta dupla razão, o pai vai se apresentar à criança, conjuntamente, como objeto a seduzir e objeto do ódio.” (AULAGNIER, 1979, p. 140).

A mãe oferece um material psíquico que só é estruturante porque já remodelado pela sua própria psique, isto significando que ela oferece um material que respeita as exigências da repressão. O *infans* recebe este “alimento” psíquico e o reconstrói tal qual ele existia em sua forma arcaica para esta que, em seu tempo, tinha-o recebido do Outro (AULAGNIER, 1979, p. 109).

Nos casos aqui estudados, alguns dados chamam a atenção quanto ao lugar que o pai ocupa no discurso materno. Em primeiro lugar, a questão da ausência da função paterna: ou esses pais são realmente ausentes, por infortúnios da realidade, ou estão ausentes no discurso materno, onde o masculino parece impedido de obter algum acesso ou é acessado de forma

bastante enfraquecida, sendo desqualificado pelas mães. Mães fálicas, cujos processos simbólicos de repressão apresentam falhas significativas, onde a falta parece não ter sido inscrita de maneira satisfatória, onde o bebê é colocado como objeto de submissão ao seu desejo... um desejo de dar morte. Em segundo lugar, temos mães que, submetidas a constantes agressões de suas próprias figuras maternas e de seus parceiros, parecem apenas reproduzir ativamente o que sofreram passivamente.

Na teoria de Aulagnier (1979), a criança, no decorrer do processo, passaria a esperar ser desejada pelo pai, assim como a mãe o é, a buscar o olhar do pai, a acreditar que o pai deseja nela aquilo que é desejável na mãe. E como ficaria então a posição de uma criança onde esse olhar inexistente ou então parece ser um olhar permeado pela violência, pela posse em relação ao corpo da mulher? O *infans* pode se ver, então, tomado por duas vias que parecem ter o mesmo fim: o tanático, o mortífero, a violência.

Desse modo, tal como Freud (1931) já apontava em *A sexualidade feminina*, nas relações amorosas que a mulher estabelecerá ao longo da vida, estão em jogo com demasiada importância as vivências pré-edípicas da menina com a mãe, dada a intensidade e ambivalência presentes em tal relação, e que serão determinantes na forma como se dará (ou não) a entrada do terceiro no Édipo. Vemos assim que, nos casos aqui descritos, a escolha do parceiro se dá muito mais em função de uma reprodução da relação primordial com a figura materna, permeada por desejos tanáticos, relação na qual ao Eu só cabe submeter-se a um outro, já que o contrário coloca em risco sua sobrevivência.

QUESTÕES FINAIS (OU QUEM SABE INICIAIS, UMA VEZ QUE O PENSAR NUNCA CESSA)

Diante dos processos descritos no presente trabalho e vivenciados na clínica, uma questão sempre emerge em mim, enquanto analista: estariam essas mulheres condenadas aos desígnios maternos? E foi nesse sentido que busquei a teoria de Piera Aulagnier. A meu entender, Aulagnier nos permite uma visão mais “otimista” do processo de análise, ao postular que o vínculo construído no processo analítico permite, a partir do lugar do analista como um outro espelho, a possibilidade de novas versões, de novos significados ao Eu e à realidade.

O processo identificatório, para Aulagnier (1989), se daria em dois momentos: um primeiro, constituído pelo enunciado antecipado pelo porta-voz e projetado como sombra sobre o *infans*; e um segundo, promovido pelo encontro com os outros e com a realidade, pelo olhar que esses outros lhe oferecem. O olhar da mãe não seria, dessa forma, o único espelho, o que

permitiria acrescentar outras peças às possibilidades de existência do sujeito. O vínculo com o analista poderia, então, apresentar-se como um outro olhar, um outro espelho, para além do olhar materno. Um espelho que permitiria ao Eu outra interpretação, outra representação de si e do mundo.

Desse modo, a análise poderia proporcionar um espaço de escuta para o desejo, para que essas mulheres pudessem dar voz ao seu próprio desejo, deixando de ser meras reprodutoras do discurso de um porta-voz, do discurso materno que as antecederam enquanto possibilidade de vir a ser sujeito.

Aulagnier (1990b, p. 183) postula que nosso trabalho se daria no sentido de promover um “[...] trabalho de diferenciação, de separação, nunca pacífico e jamais definitivamente garantido.”. E esse trabalho se faria sobre uma anatomia estrutural original, sobre uma matriz onde se desenrola a vida psíquica, um pano de fundo onde coincidem e colidem Eros e Tânatos, amor e ódio, investimento e desinvestimento, princípio de prazer e princípio de realidade. Sendo que tal cenário exigiria constantes movimentos, negociações e reorganizações por parte do psiquismo.

No processo identificatório do sujeito, haveria uma prótese constitucional que daria início à vida psíquica, mas que não deveria ser tomada como previsibilidade do sujeito, uma vez que o funcionamento psíquico se balizaria na mutabilidade e na singularidade. “Singularidade na maneira pela qual cada psique tratará o acontecimento, negociando com seus fatores constitucionais e seu meio, ultrapassando ou não os obstáculos encontrados ao longo de seu percurso.” (AULAGNIER, 1990b, p. 186). Afinal, o processo sempre envolve um risco. O risco que vem do desconhecido, o temor de vir a ser sujeito do próprio desejo pela primeira vez, o temor da retaliação materna caso ousasse escapar da sujeição imposta pela mãe.

O infans ao nascer é um estranho em seu próprio corpo e deverá como um colonizador tornar habitável centímetro a centímetro seu espaço psíquico. Deverá conquistá-lo para não sentir-se um estrangeiro em sua própria pátria. Para isso dependerá do primitivo habitante, que deverá tornar-se um fantasma e que até mesmo poderá assombrá-lo, mas que lhe ensine a linguagem, a palavra de sua própria terra, que seja inicialmente seu porta-voz, que o ensine a senti-la, a pensá-la e a querê-la, mas que após vá embora, permanecendo somente como uma marca à sombra da sombra falada. Sua luta não terminará aí, pois deverá estar atento para não ser colonizado por um estrangeiro e familiar ao mesmo tempo, que como invasor poderá usurpar o espaço conquistado e tornar-se ele o habitante de sua terra. Se isso acontecer não será proprietário nem senhor de si mesmo, mas escravo de uma demanda inicial, sem possibilidade de alforria [...] que não lhe dará outro direito que não seja ser o desejo do outro (SOUZA, 2010, p. 134).

E esse jogo entre vira ser sujeito de seu desejo *versus* o encarceramento no desejo materno mostra-se frequente nos processos de análise aqui estudados. Em alguns momentos, essas mulheres parecem fixadas ao compromisso com o tanático materno, em outros parecem permitir que os conteúdos e as representações que as constituíram sofram mutações e transformações.

Na visão de Aulagnier (1990a), o Eu está destinado, desde o seu surgimento, a pensar seu corpo, sua realidade, seu estatuto enquanto sujeito desejante; entretanto, nesse caminho, muitas vezes se depara, na realidade e na relação com o outro, com fontes de sofrimento. Seu desafio se dá, portanto, no sentido de poder fazer movimentos de investimento/desinvestimento que permitam pensar “[...] sua própria experiência de maneira a operar uma ligação entre um sofrimento do qual não pode negar nem a presença, nem os efeitos, e uma causa que possa permanecer suporte de investimento.” (AULAGNIER, 1990a, p. 282). E talvez essa “causa” venha a ser a possibilidade de pensar sobre si mesmas, de construir novos enunciados e alternativas de vir a ser, via processo de análise. A perspectiva de um futuro que não seja mera reprodução de um passado. E, como indica Aulagnier (1985), a possibilidade de uma escuta para seus próprios enunciados, dos quais é agente, e nos quais reencontre o suporte necessário a seu autoinvestimento.

Assim, em minha experiência clínica com tais mulheres, algumas considerações acerca de meu papel como analista se fazem aqui necessárias, a partir do cuidado que temos ao ocupar, via processo transferencial, esse lugar destinado ao materno que, nestes casos, esteve fortemente associado ao tanático. Coube a mim, ao contrário de experiências primevas das analisandas, apresentar-me como um materno permeado por um *quantum* significativo de desejo de dar vida, que autoriza a esse sujeito-mulher a possibilidade de desejar, de falar e pensar por si mesma. E, nesse sentido, vale uma ressalva: a importância de não nos deixarmos tomar por nosso próprio narcisismo e assumirmos uma posição de detentores do saber, repetindo a violência secundária, falando e desejando por nossas analisandas, pois sua fragilidade e demanda de amor nos convocam o tempo todo a isso. Ou seja, cabe a nós sermos o materno que apresenta uma possibilidade de amor, de cuidado, não mais atrelada a uma violência concomitante que aprisiona, que aliena, que fomenta a dependência. Apresentamos, desse modo, a possibilidade de um novo lugar para essas mulheres, onde possam ter espaço de fala, de vida, de prazer, de desejo. E onde possam descobrir que o enunciado materno de que “aquele que te ama também é aquele que te fará sofrer, que te submeterá à dor, à agressão” não se trata da única realidade possível e que novos entendimentos e possibilidades de vínculos podem vir a ser construídos.

REFERÊNCIAS

AULAGNIER, P. **A violência da interpretação**: do pictograma ao enunciado. Rio de Janeiro: Imago, 1979.

AULAGNIER, P. Identificação – alienação – psicose. *In*: AULAGNIER, P. **Os destinos do prazer**: alienação – amor - paixão. Rio de Janeiro: Imago, 1985. p. 15-46.

AULAGNIER, P. **O aprendiz de historiador e o mestre-feiticeiro**: do discurso identificante ao discurso delirante. São Paulo: Escuta, 1989.

AULAGNIER, P. **Um intérprete em busca de sentido I**. São Paulo: Escuta 1990a.

AULAGNIER, P. **Um intérprete em busca de sentido II**. São Paulo: Escuta, 1990b.

FREUD, S. (1915). Pulsões e destinos da pulsão. *In*: FREUD, S. **Escritos sobre a psicologia do inconsciente**. Rio de Janeiro: Imago, 2004. p. 133-174. (Obras psicológicas de Sigmund Freud, 1).

FREUD, S. (1931). Sobre a sexualidade feminina. *In*: FREUD, S. **Amor, sexualidade, feminilidade**. São Paulo: Autêntica, 2019.p. 285-312. (Obras incompletas de Sigmund Freud, 7).

SOUZA, D. M. O conceito de temporalidade em Piera Aulagnier. **Revista do CEPdePA**, Porto Alegre, v. 17, p. 127-135, 2010.